

A Revista Militar: O Centenário da Guerra Peninsular e o Culto dos Heróis

Sargento-ajudante
José Luís Assis



Introdução

*«Vereis quasi levadas da memoria
Fortissimas acções dignas de gloria»
(Jornal do Exercito, 1867, n.º 37. p. 11)*

O presente estudo, **A Revista Militar: o Centenário da Guerra Peninsular e o Culto dos Heróis**, permite-nos obter conhecimento sobre a forma de organização (diga-se excelente) que presidiu à **Comemoração do Centenário da Guerra Peninsular** e que, a pouco mais de dois anos da **Comemoração do seu Bicentenário**, interessa a todos relembrar pelos exemplos notáveis da heróica dedicação do nosso Exército e do nosso Povo à salvaguarda da liberdade e independência da Pátria.

De todos os acontecimentos memoráveis que a nossa História regista avulta, pelo grande impacto que provocou na Nação, a Guerra Peninsular, iniciada em Novembro de 1807 quando as águias napoleónicas comandadas por Junot cruzaram a fronteira e marcharam sobre Lisboa para se apoderarem de Portugal em nome do imperador francês Napoleão Bonaparte.

É nosso objectivo relembrar e prestar patriótico culto à memória dos que mostraram uma enorme dedicação, tomando parte naquela árdua luta, honrando as singulares qualidades militares e, ao lado do exército britânico, praticaram os memoráveis factos que a História de Portugal regista.

São esses feitos que, nas páginas seguintes, pretendemos dar a conhecer num percurso ao passado, numa incursão à memória desses nossos heróis e da sua época mítica.

O Centenário e o Culto dos Heróis

O despertar para o estudo das práticas comemorativas e das celebrações nacionais é muito recente, pois só nas últimas décadas a produção literária inglesa e francesa começou a dedicar-lhe a sua atenção com o propósito de procurar explicar formas de identificação e de ritualização. Através do *“passado - pelo apego da memória e da sua vivificação - encontram-se traços nítidos da construção idealizada de uma realidade presente. Pressentem-se os quadros de referência de um consciente colectivo; efectua-se a arqueologia das palavras e das ideias de sectores determinantes da sociedade”*¹.

As mudanças operadas nas sociedades industriais e pós-industriais levaram à perda da continuidade do sentimento de unidade nacional, pelo que se torna necessário comemorar os acontecimentos que pertencem ao passado, contudo, essenciais para conceber o futuro como prolongamento da «memória» social. As comemorações mantêm vivos os interesses, os desejos, as emoções e as ideias do grupo que as torna no seu principal suporte e, ajudam na identificação deste e da comunidade que partilha essa memória.

O Estado está na base das grandes comemorações nacionais e através delas procurar unir os cidadãos perante símbolos e valores que, por um lado, contribuem para a unidade nacional e, por outro, afirmam a identidade e singularidade da Nação ao nível internacional. As comemorações conferem um estatuto de prestígio ao projectar a imagem do país para o exterior, ao qual não é indiferente o próprio poder político².

As comemorações contemporâneas têm a sua origem no processo de separação entre a Igreja e o Estado e, conseqüentemente, na laicização das sociedades. A partir dessa separação, as comemorações deixaram de ser regidas pela vontade divina e tornaram-se realidades baseadas na liberdade dos homens, com a adopção de um calendário de celebrações distinto do calendário cristão que recordasse os momentos da fundação das comunidades, os grandes acontecimentos da trajectória comum e os grandes vultos que levaram à sua afirmação ao longo da História. As comemorações contribuíram para a afirmação dos momentos grandiosos do passado, tornando-os objectos de culto público.

A realização das comemorações centenárias³ adquiriu um verdadeiro estatuto de moda nas últimas décadas do século XIX. Três grandes centenários contribuíram, de forma decisiva para o ascendente que esse género de comemorações passou a ter no Ocidente: o Centenário da Independência Americana, (1876), o Centenário da Revolução Francesa, (1889) e o Centenário da Passagem do Século (1900).

Em Portugal, as primeiras comemorações de efemérides cívicas tiveram lugar durante o período do vintismo com as ideias liberais como forma de despertar as populações para novos valores⁴. Conhecemos hoje, com algum pormenor, a comemoração de alguns centenários considerados marcantes para a consagração da memória dos grandes homens decorridos nas duas últimas décadas do século XIX - Camões (1880), Infante D. Henrique (1894) e descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898)⁵.

A divulgação da memória das diferentes personalidades e acontecimentos fez-se através de múltiplos recursos, alguns deles podemos mesmo designar *lugares de memória* 6:

juramentos de base, cortejos alegóricos, paradas e desfiles militares, reuniões solenes, cortejos cívicos, conferências públicas, manifestações populares, representações teatrais, edição ou reedição de obras históricas e literárias, declamação de poesia, publicação de números especiais de jornais, revistas, almanaques, álbuns literários, gravuras, fotografias, selos, postais, moedas, medalhas, lápides, padrões comemorativos e toponímia urbana e, em alguns casos, a plantação da *Árvore da Liberdade*. As artes plásticas - arquitectura, escultura, pintura, gravura e a fotografia - adquirem uma função relevante na fixação e representação da memória⁷. O pensamento positivista de Auguste Comte preconizava uma importância especial às grandes figuras da história da humanidade como base de preparação dos homens⁸.

Uma sociedade, ao realizar essas manifestações comemorativas, está de forma remota e inconsciente a evocar o passado, mantendo-o vivo e preservando-o na sua memória, porquanto é necessário dar fama divina e imortalizar homens e acontecimentos para que mantenham a sua unidade, coesão e identidade.

Foi tendo em atenção esse paradigma histórico que, em Novembro de 1907, a Direcção da *Revista Militar*, coadjuvada pela *Revista de Artilharia* que se lhe associou⁹, tomou a iniciativa de realizar a Comemoração do Primeiro Centenário da *Guerra Peninsular* com o objectivo que lhe estava subjacente: construir a memória histórica nacional e alargar o estudo científico a toda a sociedade portuguesa¹⁰. A necessidade e a exigência que uma sociedade tem na divulgação da sua memória estão inteiramente relacionadas com um conjunto de factores de natureza social, política e cultural e alteram-se de acordo com as conjunturas do momento: tornava-se necessário agrupar a Nação num mesmo pensamento em que as diferentes matrizes se fundissem, independentemente das crenças e das doutrinas políticas existentes.

O General Moraes Sarmiento, conhecedor da situação económica, social e política em que o País se encontrava, viu nessa iniciativa não apenas uma forma de comemorar o *Centenário da Guerra Peninsular* e os feitos gloriosos dos nossos antepassados recentes, mas também de conseguir a unidade nacional e patriótica em torno de uma causa como um meio de reabilitar a Nação. É nesse sentido que, em Maio de 1908, a *Revista Militar*, com a Comemoração do *Centenário da Guerra Peninsular*, vai procurar mostrar ao País e à Europa as suas *sentinelas de pedra* ¹¹ através de um complexo processo comemorativo de cariz verdadeiramente nacional que decorreu entre 1907-1914¹².

Sob iniciativa daquele ilustre general foi dirigida uma proposta ao Exército, à Marinha e aos representantes de todos os periódicos do País, para uma reunião de imprensa. “(...) A *Revista Militar* tomou em novembro do anno proximo passado a iniciativa de commemorar o centenario da chamada guerra peninsular, que foi sobretudo uma luta pela independencia nacional. Afigura-se, porém, á direcção da mesma Revista que a commemoração de tal facto não deve ficar unicamente no exclusivo de uma classe da nação, antes deve englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella luta revestiu exactamente um character grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar

novamente o espirito englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella luta revestiu exactamente um character grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar novamente o espirito nacional por todo o paiz, com o fim de assentar nas bases uma acção conjuncta destinada a esta commemoração patriotica. Vimos, pois, rogar a V. Ex.a, caso concorde com a ideia exposta, se digne nomear um delegado do jornal que V. Ex.a com tanta competencia dirige, para uma reunião que deverá effectuar-se em 27 de maio corrente, nas salas da direcção d'esta Revista, ás 9 horas da tarde (...)” 13. Vários foram os que responderam à chamada, saldando-se em 63 o número das adesões. Entre eles, relevamos o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, o *Diario de Noticias*, o *Diario Popular*, o *Economista Portuguez* e a *Illustração Portugueza* 14. Entendia-se a necessidade de se entregar à Imprensa a organização e divulgação de uma efeméride que comemorasse o *Centenário da Guerra Peninsular*; momento histórico tão significativo, uma vez que todo o mundo culto estava com os olhos postos no país.

O programa inicial da comemoração do Centenário limitava-se à capital do Reino¹⁵, cabendo depois à *Grande Comissão da Imprensa* a decisão de a ampliar ou mesmo de a modificar visto existirem aspectos que saíam fora do âmbito da *Revista Militar*. Apresentado tão significativo empreendimento e após algumas intervenções¹⁶, chegaram à nomeação da *Grande Comissão da Imprensa* constituída por 18 personalidades civis e militares¹⁷. As consequências de tão elevada iniciativa, como a que a *Revista Militar* se propunha comemorar, permitiu reunir numa significativa unidade de pensamento uma notável plêiade de individualidades: homens públicos, jornalistas, professores e militares, infatigáveis lutadores pelo progresso e desenvolvimento da Nação.

As reacções não se fizeram esperar e, decorridos alguns dias, o Major Francisco Xavier Corrêa Mendes, deputado e membro da Direcção da *Revista Militar*, apresentou na *Câmara Baixa* do Parlamento um Projecto de Lei no sentido de fornecer o governo com os meios necessários para o auxilio à *Comemoração Centenária da Guerra da Península*. Esta estava entregue a uma Comissão Nacional¹⁸ nomeada pelo *Ministério da Guerra* a 2 de Maio de 1908 da qual era seu director o General João Carlos Rodrigues da Costa¹⁹. O projecto foi subscrito pelos representantes de todas as tendências políticas com assento no Parlamento com votação por aclamação²⁰. Pôde a *Revista Militar* registar com bastante satisfação e felicidade o quanto foi adequada e oportuna a ideia de invocação ao sentimento nacional e patriótico da Nação. Os poderes públicos logo lhe disponibilizaram a sua entusiástica adesão, procurando amparar e valorizar essa iniciativa. A comemoração do *Centenário da Guerra Peninsular* não foi uma realização única e localizada como inicialmente estava previsto, pois teve que adoptar um comportamento mais abrangente (Nacional) de maneira a melhor difundir os factos históricos relativos àquele momento impar da nossa História.

Na base da realização da comemoração Centenária existia uma rede de intervenção constituída pela *Comissão Official* - que se inspirava no pensamento inicial do General Moraes Sarmento - e pela *Comissão Executiva da Imprensa* - que punha em prática os meios de propaganda nas frequentes *vibrações festivas* que se realizavam por todo o

País²¹.

Como pólos satélites funcionaram as duas exposições: a Exposição Bibliográfica²² realizada na Biblioteca Nacional de Lisboa e a Exposição Histórica²³, realizada na sala da Guerra Peninsular no Museu de Artilharia²⁴.

À Biblioteca Nacional de Lisboa coube, na pessoa do seu director, Doutor Xavier da Cunha²⁵, coadjuvado pelo Coronel Alfredo Pereira Taveira de Magalhães (1849-1914)²⁶, a organização e direcção da Exposição da Comemoração Centenária que decorreu entre 19 de Janeiro e 21 de Março de 1910. Participaram nessa exposição o monarca que expôs raros e valiosos espécimes da sua biblioteca particular e 70 expositores, entre eles 37 colectividades, tendo o número de espécimes biblio-iconográficas expostos ultrapassado as 3.500²⁷. A segunda exposição, a *Histórica*, realizou-se na sala da Guerra Peninsular no Museu da Artilharia de 16 de Fevereiro a 24 de Abril e nela participaram 66 expositores nacionais e estrangeiros (casa J. Schulman - Amesterdão - com uma interessante colecção de medalhas e condecorações da Guerra Peninsular) que apresentaram 715 espécimes²⁸.

Pretendia a Comissão Centenária não apenas a exposição de livros e de documentos, mas também a partir delas, a divulgação da cultura e o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre a temática: *“É, pois, dum interesse capital mostrar às gerações actuais a quantidade e natureza das obras impressas e manuscritas a que poderão recorrer para o estudo dos grandes feitos dessa guerra, sob o duplo ponto de vista militar e politico”* ²⁹.

Por esta ocasião foram editadas, como meios de divulgação da História, um vasto conjunto de medalhas comemorativas relativas aos sucessos ligados a individualidades³⁰, batalhas³¹, padrões comemorativos³², bilhetes-postais e gravuras³³.

A «paisagem» cultural e científica esteve presente nas duas exposições e nos inúmeros textos elaborados e publicados nas páginas da *Revista Militar* e da *Revista de Artilharia* entre os anos de 1908 e 1914. *“Tudo quanto tende a desenvolver n’uma nação o conhecimento do seu passado, despertando-lhe os sentimentos de liberdade e de patriotismo, é incontestavelmente uma obra proficua de fortalecimento moral, (...) adequada para salvaguardar a integridade do paiz, (...). De facto, sem o conhecimento da sua historia, essa grande mestra da vida que aponta o passado para esclarecer o presente, nenhum povo póde lutar com feliz exito pela sua independencia. (...) É, pois, d’um interesse capital mostrar às gerações actuaes a quantidade e natureza das obras impressas e manuscriptas a que poderão recorrer para o estudo e meditação dos grandes feitos d’essa guerra, sob o duplo ponto de vista militar e politico”*³⁴. Era uma forma de recuperação e divulgação pública da memória da Nação. Tornava-se importante divulgar e valorizar os feitos, as glórias, as vitórias conseguidas em unidade do Povo e Exército frente às águias napoleónicas. Nesse mesmo sentido se referiu o General Diogo Pereira de Sampaio *“No cumprimento de um salutar preceito de educação civica e solvendo uma inividavel divida de reconhecimento, a geração actual vem recordando os grandiosos feitos de que foram heroes os seus antepassados de há um seculo e que ocorreram na*

*tormentosa quadra da historia patria que regista as invasões dos franceses”*³⁵.

As comemorações tiveram lugar nas províncias, capitais de distrito e sedes de concelhos, onde as autoridades locais juntamente com comissões de cidadãos ilustrados se reuniram para celebrar datas significativas (libertação de cidades) e personalidades locais que se distinguiram na Guerra Peninsular³⁶.

Podemos afirmar que nos esforços dirigidos no sentido de uma mobilização nacional por parte dos organizadores do evento estava a necessidade de fazer *“recordar a toda a gente, duma maneira bem patente, os exemplos mais notáveis da heróica dedicação dos seus povos e das suas tropas à liberdade e á Pátria”* ³⁷.

Que significado procuraria o General Moraes Sarmento com esta iniciativa ao pretender tornar públicas as imagens de memória Nacional através da celebração do Centenário em 1908? O quadro delineado mostra-nos um processo evolutivo a caminho do progresso civilizacional, que pretendia iluminar e transmitir à sociedade portuguesa através das comemorações. Estas correspondiam a um momento de balanço, a um olhar retrospectivo, do caminho percorrido e às dificuldades superadas pelo povo português naquele momento histórico e que agora seriam tornadas públicas.

Estávamos no ano do *Regicídio*, ocorrido na tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908. Portugal vivia uma profunda instabilidade provocada por uma crise económica, política e social; tornara-se ingovernável ao ponto de entre 1890 e 1908 nenhuma medida governativa importante ter sido tomada. A Nação encontrava-se dividida entre as velhas e as novas elites, constituída pelos novos-ricos e pelo desenvolvimento das profissões liberais, com os seus múltiplos e contraditórios interesses que levaram à paralisação do sistema político representativo e, conseqüentemente, à ingovernabilidade do País.

O General Moraes Sarmento apercebendo-se deste momento tão difícil por que passava a sociedade portuguesa, procurou através da sua iniciativa galvanizar a Nação de modo a que esse momento fosse ultrapassado de forma calma e serena em perfeita unidade e sintonia entre o Exército e o Povo. Entendia que só dessa forma, e à semelhança de momentos históricos anteriores, poderia reabilitar a Nação. A situação política vivida em Portugal naquele momento terá contribuído de sobremaneira para o sucesso da Comemoração. Pena é que não tenhamos disponibilidade de espaço e tempo que nos permitisse aprofundar esta problemática. Conscientes disso, fica o nosso alerta para posteriores investigadores que queiram de forma aprofundada e alargada investigar a problemática da Comemoração e o seu significado na sociedade portuguesa.

ANEXO DOCUMENTAL
(Documento I)

Arquivo Histórico Militar, 10, A7, Md, 18-14

(Documento II)

Arquivo Histórico Militar, 10, A7, Md, 18-14

(Documento III)

Arquivo Histórico Militar, 10, A7, Md, 18-14

(Documento IV)

* Sargento-Ajudante Pára-quedista. Licenciado em História (ensino de), professor do Ensino Secundário e mestre em Estudos Históricos Europeus pela Universidade de Évora. Prepara doutoramento no âmbito da História da Imprensa Científica Especializada e Ciência da Comunicação pela Universidade de Évora e Universidade Nova de Lisboa. Membro convidado da equipa de investigadores da Universidade de Évora num projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Espaços de Ciência e Construção de «Memória». De Lisboa ao Além Tejo. Práticas Culturais de uma Comunidade Científica (Portugal séculos XVIII-XX). Faz parte do Departamento de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora no qual desenvolve projectos de investigação. É Membro de algumas agremiações científicas e culturais: Sociedade de Geografia de Lisboa e Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Desempenha funções na Comissão Portuguesa de História Militar.

1 Maria de Fátima Nunes, "Para uma Arqueologia do disco da Comunidade Científica", Os Congressos do Mundo Português - «História da Actividade Científica Portuguesa», X Seminário, Évora, Policopiada, 2001, p. 1.

2 Maria Isabel Conceição João, *Memória e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*, I vol., Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 21. Tese de Doutoramento.

3 A palavra centenário surgiu pela primeira vez registada no suplemento do Dictionnaire de Littré, em 1877, na acepção de festas celebradas pelos cem anos. Cfr., Pierre Nora, *Les Lieux de La Mémoire*, Tomo III, Paris, Grallimar, s. d., p. 982.

4 Idem, *Ibidem*. Veja-se ainda Maria Cândida Proença, "1820 - a festa da Regeneração. Permanência e inovações", *Revista de História das Ideias*, 1980, n.º 10, p. 375-384. Magda Pinheiro "a Memória das Revoluções Liberais através dos seus Monumentos", in *Actas do Encontro a Construção Social do Passado*, Lisboa, A. P. H., 1992.

5 Cfr., Jorge Borges de Macedo, *Camões em Portugal no século XIX*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1985, p. 167-174. Idem, "Camões - símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)", in *História de Portugal - dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Lisboa, Ediclube, p. 323-344. Rui Bebião, "O 1º Centenário Pombalino. Contributo para a sua compreensão histórica", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, Tomo 2, 1982, p. 381-428. Maria Manuela Tavares Ribeiro, "O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia", Separata da Revista de história das Ideias, vol. 15, 1993.

6 Cfr., Pierre Nora, *Les lieux de la Memoire*, vol. I, Paris, 1984.

7 Temos vários exemplos que podemos encontrar em José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols, Lisboa, 1966; António Pedro Araújo Pires Vicente, "Os primeiros 75 anos de fotografia em Portugal", *História de Portugal*, vol. XV, dir. João

Medina, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 182-231.

8 Cfr., Augusto Comte, Catédrisme Positiviste ou Sommaire de la Religion Universelle, Paris, Garnière Frères, 1909.

9 Cfr., Anexo Documental, doc. I, p. 11-12.

10 Para o alargamento desse estudo a Revista Militar elaborou um conjunto de 43 propostas que depois dirigiu a todos aqueles que desejassem colaborar na comemoração da Guerra Peninsular. Cfr., Anexo Documental, doc. II, p. 13-14.

11 Maria de Fátima Nunes, “Para uma Arqueologia do disco da Comunidade Científica”, Os Congressos do Mundo Português - «História da Actividade Científica Portuguesa», X Seminário, Évora, Policopiada, 2001, p. 1.

12 Este longo período de sete anos de comemorações justifica a Direcção da Revista Militar pela necessidade de reunir estudos consagrados exclusivamente a questões relacionadas com a Guerra Peninsular e assinalar os momentos históricos precisos: abalo político e social provocado em Novembro de 1807 quando as águias napoleónicas passaram a fronteira em marcha sobre Lisboa e 1814 (Batalha de Toulouse), momento em que Napoleão Bonaparte trocou o esplendor do ceptro pela vida solitária na pequena ilha de Santa Helena.

13 Direcção, “Commemoração Centenária da Guerra da Peninsula” RM, Anno LX, 1908, n.º 6, p. 355-356.

14 Cfr., Idem, p 337-338.

15 “(...) Lembrava um grande prestito civico na Avenida da Liberdade. Envolveria o fuste do monumento uma bandeira nacional com as cores então usadas e n’ella inscriptas as principaes ephemerides da campanha. Em redor do monumento juntar-se-hiam todas as bandeiras e estandartes dos regimentos, (...). O povo desfilaria ante este symbolo da patria, bem como, as escolas as corporações, as associações, tudo emfim quanto tem uma missão na sociedade portugueza (...). Idem, Ibidem.

16 Tomaram a palavra o Capitão de Artilharia Teixeira Botelho (membro da comissão nomeada pelo Ministério da Guerra para a Comemoração do Centenário), o Capitão de Artilharia e Deputado Lourenço Cayola, o Tenente da Armada José Torres, o Doutor Zepherino Candido e por último o Major Corrêa Mendes que propôs a nomeação da Grande Comissão da Imprensa.

17 Cfr., Direcção, “Commemoração Centenária da Guerra Peninsular, RM, Anno LX, 1908, n.º 6, p. 359.

18 Cfr., Anexo Documental, doc. III, p. 15-17.

19 O General Rodrigues da Costa nasceu no ano de 1843 em Lisboa e era filho de Manuel Rodrigues e de Joaquina Carlota Ramos. Tinha os cursos de Artilharia, Cavalaria e Infantaria. Foi professor de Ciências Sociais, Química e Física no Real Colégio Militar e deputado às Cortes. Brilhante jornalista redigiu nos Açores o jornal do Gremio Litterario e a Lagrima. Fundou e redigiu a Idéa Social e colaborou na Revista Militar, Galeria Militar, Jornal do Exército Portuguez, Diário do Exercito e Revolução de Setembro no qual foi seu redactor político efectivo desde 1875. Na ocasião da Comemoração do Tricentenário da morte de Camões foi eleito presidente da Comissão Executiva da Imprensa que realizou e dirigiu aquela comemoração da qual faziam parte Ramalho Ortigão, Luciano Cordeiro, Jayme Batalha Reis e Theofilo Braga entre outros. Foi sócio de várias sociedades artísticas e literárias nacionais e estrangeiras e fundador e vice-Presidente da Associação dos Jornalistas Portugueses. Cfr., Innocencio Francisco da

Silva, Diccionario Bibliographico Portuguez, Tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXXXIII, p. 207-208.

20 Idem, 360.

21 Abel Botelho, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", RM, Anno LX, n.º 8, p. II.

22 Dos espécimes que constituíram a exposição, referimos: livros consagrados ao estudo da Guerra Peninsular promovidos por outros países; biografias colectivas e individuais; notícias acerca dos acontecimentos ocorridos, especialmente levantamentos populares; tratados gerais de estatística; documentos militares, civis e eclesiásticos; proclamações das autoridades civis, pastorais e sermões, discursos académicos, protestos, pasquins e outros documentos análogos de iniciativa popular; livros nos quais se incluem leis, tratados, relações diplomáticas sobre o assunto e publicações periódicas com documentos, memórias, narrativas, notícias (gazetas officias, jornais noticiosos, revistas históricas e científicas, literárias ou artísticas); manuscritos sobre os mais diversos assuntos. Cfr., Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in Dicionário Bibliográfico Português, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 57.

23 A Exposição Histórica estava representada por grupos: material de guerra; Uniformes, troféus militares; medalheiros (medalhas comemorativas nacionais e estrangeiras); recordações históricas (cartas, esboços de terreno, manuscritos) belas-artes (reproduções fotográficas, estátuas, retratos, pinturas a óleo). Indústrias diversas (cerâmica, vidraria, tecelagem).

24 Cfr., Anexo Documental, doc. IV, p. 17-20.

25 O Doutor Xavier da Cunha nasceu em Évora a 14 de Fevereiro de 1840, era filho de Estevam Xavier da Cunha, distinto jornalista que aí exerceu o cargo de Secretário da Administração Geral do Distrito. Era diplomado com o Curso da Escola Médico-cirurgica (1865). Em 1866, foi promovido ao lugar de segundo conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e em 1902 nomeado pela Rainha Regente director da mesma Biblioteca. Cfr., Innocencio Francisco da Silva, "Xavier da Cunha", in Diccionario Bibliographico Portuguez, Tomo XX, Lisboa, Imprensa Nacional, MCMXI, p. 30-49.

26 O Coronel Alfredo de Magalhães nasceu em Lamego, era filho de Simão Pereira e de Rosa Carolina Taveira de Magalhães. Escritor fluente e fecundo quanto aos assuntos da sua especialidade. Foi vice-presidente da Comissão Oficial Executiva do 1º Centenário da Guerra Peninsular e organizador da exposição biblio-Iconográfica. Da sua vasta obra como escritor destacamos: 1º Centenario da Guerra Peninsular. Exposição biblio-iconographica commemorativa de 1910. Catalogo da exposição com um appendice. Contendo a enumeração doutras especimes, relacionadas pelo vogal da Comissão do centenário e organizador do catalogo, Lisboa, Tip. Universal, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa - Manuscritos - relações provisórias dos manuscritos que podem incluir-se no Programa da Exposição biblio-iconografica que se tem de realizar em comemoração centenária da Guerra Peninsular, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

27 Algumas dessas espécimes foram enviadas por bibliotecas estrangeiras que de entre as quais salientamos a Biblioteca Pública de Nova York e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. Alfredo Pereira Taveira de Magalhães, Exposição Biblio-Iconographica Commemorativa de 1910 - Catalogo da Exposição, Lisboa, Tipografia Universal, 1916, p. XIII.

28 Foram responsáveis pela exposição histórica os vogais da Comissão Oficial Executiva

Coronel Jayme Leitão de Castro, Major João Severo da Cunha, Major Guilherme Luis Santos Ferreira, Capitão Luis Henriques Pacheco Simões com a colaboração constante do General Couvreur. Sub-Comissão da Exposição Historica, Primeiro Centenario da Guerra Peninsular - Exposição Historica Commemorativa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. VII.

29 Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in Dicionário Bibliográfico Português, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 56.

30 Temos a considerar uma excelente colecção de medalhas de cobre e prata alusivas ao Centenário da Guerra Peninsular "AD GLORIAM" no anverso com imagem representando os destroços das últimas batalhas com o génio da fama empunhando a palma da vitória com o escudo português protegido por bandeiras desfraldadas. Ao longe o sol da liberdade e no reverso um agrupamento de soldados e do povo recordando a luta, sobressaindo a figura da Pátria, incitando o povo à sua defesa com legenda "AO VALOR E PATRIOTISMO DO POVO E EXERCITO PORTUGUES". Museu Militar, Uma Incursão nas Reservas do Museu, Lisboa, Museu Militar, 2000, p. 49.

31 Excelente colecção de medalhas de cobre e prata comemorativas do Desembarque das tropas inglesas nas costas de Portugal - medalha de cobre com efígie de Wellington e no verso com a legenda "the English Army Arrives in - the Peninsula (...)" duas figuras femininas representando Portugal e Espanha. Batalha do Vimeiro e Desembarque das tropas inglesas em Lisboa - na efígie uma quadriga carregada com os despojos de guerra coroada por vitória, no verso o torreão do lado direito do Terreiro do Paço. Batalhas do Vimeiro e Bussaco - efígie de Wellington, o verso de Panóplia ornamentada com ramos de louros encimada pela águia símbolo de Napoleão. Medalhas alusivas a batalhas travadas em território português e espanhol - efígie de Wellesley e "HISPANIAM ET LVSITANIAM RESTITVIT WELLINGTON", no verso "CUIDAD/RODRIGO/JAN (...)". Idem, Ibidem.

32 Como exemplo os padrões erigidos em memória das batalhas travadas pelo exército anglo-luso no Vimeiro, na Arrifana, em Chaves, em Cerveira e em Amarante. E medalhas de cobre comemorativas da inauguração do monumento do Bussaco no anverso bandeira portuguesa e a inglesa presas em lanças cruzadas com a legenda "AO EXERCITO LUSO-BRITANNICO" e em baixo "CAMPANHAS DA GUERRA PENINSULAR" e no reverso o monumento do Bussaco com a legenda "ERIGIDO NO BUSSACO/2 1873" executada pelo gravador Casimiro José de Lima. Idem, p. 45.

33 Temos o exemplo as gravuras alusivas à Batalha do Vimeiro, Batalha do Porto, Batalha do Buçaco, Roliça e Tomada de Almeida.

34 Arquivo Histórico Militar, 10/A/MD/18-31.

35 Palavras pronunciadas pelo General Diogo Pereira de Sampaio director de engenharia, no acto do descerramento das lapides, collocadas no monumento da Alhandra, para commemorar os serviços dos engenheiros militares portugueses e ingleses nas linhas de Torres Vedras, Arquivo Histórico Militar /10/A7/MD/18-21.

36 Arquivo Histórico Militar /10/A7/Md/18-29.

37 Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in Dicionário Bibliográfico Português, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 56.